

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE HISTÓRIA – BACHARELADO

VINÍCIUS RAMOS ANDION

DEPOIS DO “MILAGRE”:
AS GREVES DO ABC PAULISTA (1978-1980)

MACEIÓ
2020

VINÍCIUS RAMOS ANDION

**DEPOIS DO “MILAGRE”:
AS GREVES DO ABC PAULISTA (1978-1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História, pelo Curso de História da Universidade Federal de Alagoas.
Orientador: Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida.

**MACEIÓ
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado
" DEPOIS DO MILAGRE: AS GREVES DO ABC PAULISTA (1978-1980)
" elaborada(o) por
VINÍCIOS RAMOS ANDRION e aprovado por
todos os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do
título de Bacharelado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Anderson de S. Almeida
Orientador (a):

Prof.(a) Michelle Reis de Macedo
1º Examinador (a):

Prof.(a) Rodrigo José da Costa
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas

12/02/2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, pelo suporte e apoio de sempre, à minha família: Hipólito, Vanessa e Mariana.

E também a todos os professores do curso de História da UFAL, em especial ao professor Osvaldo Maciel, com quem tive a oportunidade de trabalhar em um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), e ao professor Anderson Almeida, meu orientador na produção do presente trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca fazer um estudo, através da análise bibliográfica, a respeito dos movimentos grevistas ocorridos na região do ABC Paulista no final dos anos 1970, que marcou o ressurgimento da luta sindical no país após anos de repressão ao sindicalismo durante o regime ditatorial militar. Essa discussão passa por uma contextualização da deterioração das condições de vida e trabalho desses indivíduos que protagonizaram as greves, os trabalhadores da indústria automobilística do ABC, em detrimento dos aumentos dos lucros das empresas deste setor, durante os anos do “milagre econômico”, garantidos pela política salarial vigente naquele período. A análise ainda inclui um estudo do contexto de repressão ao movimento sindical levada a cabo pela ditadura desde seu início em 1964, e das mudanças ocorridas dentro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ao longo dos anos 1970, com o surgimento de novas lideranças, que levaram os operários a não mais aceitarem aquela situação e iniciarem as Greves do ABC em 1978, um ciclo de paralisações que durou até o ano de 1980, mas que criou forças políticas que possuem influência no nosso país até os dias de hoje.

Palavras-chave: Sindicalismo. Trabalhadores. Greve.

ABSTRACT

The present work seeks to make a study, through bibliographic analysis, about the strike movements that took place in ABC Paulista in the late 1970s, which marked the resurgence of the union struggle in the country after years of repression against unionism during the military dictatorial regime. This discussion goes through a contextualization of the deterioration in the living and working conditions of the individuals who led the strikes, ABC auto industry workers, o the detriment of increases in the profits of companies in this sector, during the years of the “economic miracle”, guaranteed by the wage policy in force at that time. The analysis also includes a study of the context of repression of the union movement led by the dictatorship since its beginning in 1964, and the changes that took place within the São Bernardo Metalworkers Union over the 1970s, with the emergence of new leaders, that led workers to no longer accept that situation and start the ABC Strikes in 1978, a cycle of stoppages that lasted until 1980, but that created political forces that have influence in our country until today.

Key Words: Unionism. Workers. Strikes.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CEB – Comunidades Eclesiais de Base
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- PT – Partido dos Trabalhadores
- SAB – Sociedade Amigos do Bairro
- SINFAVEA – Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
- TRT – Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS OPERÁRIOS DO ABC PAULISTA NOS ANOS 1970.	11
2. 1. Contextualização histórica: A modernização da Indústria Brasileira.....	12
2. 2. Os operários do ABC e suas condições de vida e trabalho nos anos 1970.....	17
2.2.1. O rebaixamento salarial e suas consequências.....	19
2.2.2. A experiência dentro das fábricas.....	23
3. A REPRESSÃO AO SINDICALISMO NA DITADURA MILITAR E A ATUAÇÃO DO SINDICATO DE SÃO BERNARDO AO LONGO DOS ANOS 1970.....	26
3. 1. A política de repressão ao Movimento Sindical durante a Ditadura Militar.....	26
3.1.1. Os movimentos sociais no pré-64.....	26
3.1.2. A repressão ao sindicalismo durante a ditadura militar.....	29
3. 2. A Atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo durante os anos 1970.....	32
3.2.1. As lutas travadas pelo Sindicato.....	32
3.2.2. Os anos de 1977 e 1978: antecedentes da greve.....	34
4. AS GREVES DO ABC.....	37
4. 1. O Ressurgimento das Greves em 1978.....	37
4. 2. A Greve Geral de 1979.....	39
4. 3. Greve de 1980: O fim do ciclo grevista do ABC.....	43
4. 4. Considerações finais sobre as greves do ABC.....	45
5. CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO.

O presente trabalho trata, em três capítulos, das greves do ABC paulista¹ ocorridas no final da década de 1970. Pretendendo ser um estudo historiográfico, baseado na bibliografia, sobre os principais aspectos do movimento e, principalmente, sobre seus protagonistas, os trabalhadores da indústria automobilística da região. É também uma análise a respeito do contexto histórico daquele momento e quais as condições políticas, sociais e econômicas que marcaram e influenciaram os acontecimentos estudados.

Greve pode ser definida como a “paralisação do trabalho usada como instrumento de pressão para conquista de reivindicações sociais ou políticas”², ou seja, é uma estratégia da qual a classe trabalhadora pode se utilizar nas suas lutas em defesa de seus interesses. Por isso, o trabalho que se segue é permeado pela ideia de luta de classes, como apresentada por Karl Marx e Friedrich Engels na primeira parte do célebre texto *Manifesto do Partido Comunista*, onde explicam que a sociedade moderna é composta por dois grupos, ou classes, com interesses antagônicos, são eles: a burguesia e o proletariado. (MARX e ENGELS, 2012).

Essa concepção dota o texto de um forte caráter político, valendo a pena recordar que Eric Hobsbawm, um dos mais importantes historiadores que se dedicou aos estudos da classe trabalhadora, defendia em artigo intitulado *História Operária e Ideologia*, presente em seu livro *Mundos do Trabalho*, que “com efeito, a história operária é por tradição um tema altamente politizado” (HOBSBAWM, 2008, p. 15). Ele, um dos principais expoentes do campo historiográfico conhecido com “História Social do Trabalho”, defendia, no mesmo artigo, que:

A história operária é parte da história da sociedade [...] Relações de classe, qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes ou camadas que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações. (HOBSBAWM, 2008, p. 27- 28.)

A história do operariado, portanto, não pode ser entendida apropriadamente sem que se entenda a forma como a classe está inserida no todo da sociedade. É

1 A região do ABC Paulista é formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano, podendo incluir também a cidade Diadema.

2 Definição retirada do site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/greve>.

por isso que busquei dedicar boa parte do trabalho à contextualização histórica que é necessária para compreendermos os diversos aspectos que marcavam a vida daqueles indivíduos que viriam a ser protagonistas do ciclo grevista do ABC paulista no final dos anos 1970, mostrando um pouco da realidade política e social do Brasil naquele período, e como ela interferia nas condições de vida e trabalho dessas pessoas, bem como nas suas possibilidades de organização política.

A seguir, apresentarei as discussões mais importantes que trago no trabalho, e também as principais obras que utilizei para realizar o debate historiográfico acerca das Greves do ABC:

No primeiro capítulo, “As condições de vida dos operários do ABC paulista nos anos 1970”, busco fazer uma contextualização histórica a respeito do surgimento da indústria automobilística no Estado de São Paulo, em especial na região do ABC, bem como a respeito da formação da classe operária que viria a servir de mão de obra nessas fábricas. Para tratar desses temas, o livro *Os Trabalhadores Param*, de Salvador Sandoval, é uma de minhas principais referências, trazendo a discussão sobre a mudança de composição da classe trabalhadora ocasionada pelo contexto de modernização da indústria brasileira, e como essas mudanças influenciaram na luta sindical. Utilizo também o livro de Eder Sader, *Quando Novos Personagens Entram em Cena*, para discutir as transformações ocorridas nas cidades onde essas novas indústrias se instalavam, passando pela discussão da migração dos trabalhadores do campo para formar a classe operária nas regiões da indústria moderna.

Posteriormente, procuro tratar da importância do setor automobilístico na economia brasileira, principalmente durante a ditadura militar, com o chamado “milagre econômico”, apontando para a precariedade das condições de vida e de trabalho impostas aos trabalhadores naquele período, a despeito das altas taxas de lucro das empresas automobilísticas e da expansão econômica do país. *Os Peões do Grande ABC*, obra de Luís Flávio Rainho, e *Fazendo o “Milagre”*, de John Humphrey são base para a compreensão dessas condições, bem como *O Resgate da Dignidade*, de Laís Abramo, que mostra como a situação precária vivida pelos operários atacava a noção de dignidade desses indivíduos.

Já no segundo capítulo, “A repressão ao sindicalismo na ditadura militar e a atuação do Sindicato de São Bernardo ao longo dos anos 1970”, tenho por objetivo tratar da situação de repressão ao movimento sindical imposta pela ditadura militar,

que visava controlar as entidades representativas dos trabalhadores. Sendo o livro *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*, de Marcelo Badaró Mattos, uma importante base para essa discussão. Também ressalto algumas formas alternativas de resistência encontrada pelos operários diante desse contexto, utilizando obras como *A Rebeldia do Trabalho*, de Ricardo Antunes, e *A Estratégia da Recusa*, de Aminéris Maroni.

Nesse capítulo analiso, também, a importância das mudanças ocorridas dentro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ao longo das lutas por aumentos salariais mais justos, que fez com que o discurso que antes assinalava uma cooperação com o regime fosse mudando ao longo das tentativas fracassadas de negociação com os empresários, evidenciando o descontentamento crescente da classe trabalhadora, onde os já citados escritos de Sader, Humphrey e Abramo ganham destaque. Nesse processo de mudanças dentro da entidade, aponto a importância das novas lideranças que surgiam nesse contexto, em especial a da figura de Luís Inácio da Silva, o Lula.

Todos esses pontos discutidos nos dois primeiros capítulos servem como base para entender o contexto que culminou no ressurgimento do movimento grevista no Brasil, com as paralisações que desafiaram diretamente o autoritarismo da ditadura militar e demonstraram a força dos trabalhadores como agentes históricos. É desse movimento que trato, por fim, no terceiro capítulo do trabalho, intitulado “As greves do ABC”, apresentando os principais acontecimentos que marcaram as paralisações de 1978, 1979 e 1980, baseando-me nas obras citadas, em especial os escritos de Antunes, Humphrey e Sader.

Ainda faço a utilização dos documentários *ABC da Greve* (1991), de Leon Hirszman e *Peões* (2004), de Eduardo Coutinho, para enriquecer o debate, e também de matérias publicadas na revista *Veja*, durante o período das greves.

Finalizo as discussões com algumas considerações a respeito do legado deixado pelo movimento grevista do ABC paulista, ressaltando a influência dessas lutas na política brasileira até os dias de hoje.

2. AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS OPERÁRIOS DO ABC PAULISTA NOS ANOS 1970.

Diversos historiadores que se dedicaram a estudar os operários do ABC paulista e as greves por eles protagonizadas no final dos anos 1970, identificaram que havia uma ideia equivocada de que esses trabalhadores compunham um grupo privilegiado em comparação ao restante da classe trabalhadora brasileira. Seriam eles então, segundo essa visão, parte de uma “aristocracia operária”, um segmento privilegiado e, portanto, conformado com sua condição, que seria caracterizada pelo recebimento de salários mais altos, pela maior especialização dos trabalhadores, por melhores condições de trabalho, entre outras características.

Ao tentarem analisar essa visão, autores como Ricardo Antunes e Amnérís Maroni atribuem importância aos trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues e Hermínia T. de Almeida para o desenvolvimento dessas ideias. Maroni ao discutir tais argumentações, tentando desconstruir essa concepção, que classifica como mito da historiografia, dá um panorama desses trabalhos da seguinte forma:

Para L. M. Rodrigues, as condições particulares da emergência da “indústria moderna” foram imputadas como obstáculos a uma “consciência anticapitalista”; para M. H. Tavares de Almeida, abre-se com elas a possibilidade de um sindicalismo combativo, porém circunscrito a conflitos específicos, que não colocam em xeque o sistema. (MARONI, 1982, p. 44-45).

Tanto Antunes quanto Maroni apontam John Humphrey, em seu livro sobre a indústria automobilística brasileira (*Operando o “Milagre”*), como um dos maiores colaboradores para a desconstrução da ideia de que os operários do ABC paulista compunham uma elite operária privilegiada. Humphrey, segundo Antunes, deu “um passo significativo na apreensão da concretude do nosso operariado moderno” (ANTUNES, 1992, p. 143).

A tese básica desenvolvida por Humphrey tem como móvel central apontar os erros e equívocos daqueles que caracterizavam o operariado deste ramo como sendo expressões de uma aristocracia do trabalho. Para tanto, mostra a ausência de bases materiais mínimas, condição para que se possa falar de um segmento privilegiado e elitizado. (ANTUNES, 1992, p. 143.)

De fato, ao longo de sua obra, John Humphrey faz uma análise das condições do operariado empregado na indústria automobilística e chega à conclusão de que

“quase não há dúvida de que nos anos 70 esses operários não exibiam as marcas de uma aristocracia operária” (HUMPHREY, 1982, p. 228).

Mas então quais eram as condições desses indivíduos que no final da década de 70 protagonizaram uma história de luta e coragem na reivindicação dos seus direitos, confrontando, através das greves, o autoritarismo estatal e empresarial que reinava no período? Essa questão será analisada, à luz da historiografia, no presente capítulo.

2. 1. Contextualização histórica: A modernização da Indústria Brasileira.

Para compreendermos melhor as particularidades da situação da classe operária no período estudado, é importante analisarmos as mudanças econômicas e sociais ocorridas em meio ao intenso processo de modernização e expansão da indústria pelo qual passou o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Processo que influenciou diretamente na formação e consolidação da classe trabalhadora industriária e que determinou suas condições de existência, como observa Humphrey: “A indústria brasileira é uma parte vital e florescente do desenvolvimento nacional, e na disputa política as cidades e a classe operária foram elementos decisivos do período pós-guerra.” (HUMPHREY, 1982, p. 34).

Em especial foi no governo de Juscelino Kubitschek, eleito presidente do Brasil em 1955, que as transformações econômicas se intensificaram, com o aumento da participação do capital estrangeiro na economia brasileira e o impulsionamento do crescimento das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis. O setor moderno alavancou um aumento na criação de empregos, possibilitando o crescimento da classe trabalhadora industrial. Emergiu desse contexto um proletariado de caráter distinto do que existia na indústria tradicional: “um operário inserido na grande indústria moderna, com níveis de qualificação do trabalho superiores ao da indústria tradicional” (ANTUNES, 1992, p. 128). O florescimento da indústria automobilística teve um importante destaque nesse processo de modernização, tendo em vista que em 1960 “foram produzidos mais de 130 mil veículos, em 11 fábricas, que empregavam cerca de 130 mil operários”, ao passo que em 1955 “mal se produziam automóveis no Brasil” (MATTOS, 2009, p. 90). A maior parte das indústrias automobilísticas ficaram concentradas na área da

Grande São Paulo, principalmente em São Bernardo do Campo. Para Humphrey, a indústria automobilística

Mais do que qualquer outra no ramo mecânico-metalúrgico, é o exemplo da tendência do desenvolvimento industrial no Brasil. Caracteriza-se por ter grandes empresas nas cidades industriais, e pela concentração de produção entre uma pequena quantidade de firmas de capital estrangeiro. (HUMPHREY, 1982, p. 58).

Tais transformações de caráter econômico vieram acompanhadas de transformações no movimento sindical brasileiro, que entrou em um período de ascensão que viria a ser interrompido pelo golpe de 1964³. Salvador Sandoval, em seu livro *Os Trabalhadores Param*, dedicou um capítulo ao tema. Nele, o autor ressaltou a influência que teve o período de modernização e industrialização da economia brasileira, onde fez um recorte entre os anos de 1945 e 1980, na mudança da composição da classe trabalhadora e o que ela representou em termos de evolução da atividade grevista. Sandoval procurou ressaltar, antes de tudo, uma característica fundamental que marcou esse processo de modernização industrial, que foi a concentração geográfica:

Nesse período, a industrialização do país seguiu uma orientação definida de concentração geográfica na região Centro-Sul, composta pelos importantes Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. [...] a distribuição regional da força de trabalho por década deixa clara a supremacia regional como característica constante do processo de industrialização, mesmo durante os períodos de crescimento acelerado. (SANDOVAL, 1994, p. 33.)

Entre os três estados citados, Sandoval destacou a sobreposição de São Paulo em relação aos outros, em termos de importância econômica e, conseqüentemente, em termos de desenvolvimento industrial. Foi nesse estado que se observou uma maior intensidade na transformação da indústria que marcou a economia brasileira no período: o crescimento da importância dos setores industriais dinâmicos em detrimento dos setores tradicionais. Sandoval atribuiu importância central a essa mudança, ao analisar seus efeitos nas mudanças das greves no Brasil. De fato, foram os operários que trabalhavam no setor dinâmico (metalúrgicos), no ABC paulista, que vieram a impulsionar o renascimento da luta sindical no país.

3 O contexto do golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart e implantou a ditadura militar (1964 - 1985), bem como a perseguição à prática sindical imposta após a consolidação do mesmo serão abordados no próximo capítulo.

Para o autor, a questão referente à “influência do crescimento do setor moderno sobre a transformação do movimento trabalhista constitui uma questão muito pouco explorada” (SANDOVAL, 1994, p. 49 - 50). Dito isso, ele tenta analisar essa influência através de estatísticas, identificando que à medida que o setor industrial moderno ganhou mais importância na economia brasileira, também crescia a sua influência na luta sindical em detrimento da influência dos trabalhadores do setor tradicional que, por muito tempo, foram os mais atuantes nas lutas do movimento operário brasileiro.

No todo, o setor tradicional tendeu a se mostrar mais ligeiramente propenso à greve entre 1945 e 1960, com considerável variação durante todo o período. Durante 1961 - 1963, pela primeira vez em catorze anos, o setor moderno exibiu um índice de greves mais alto que o do setor tradicional, e a partir disso, os trabalhadores do setor moderno passaram a ser mais propensos à greve (SANDOVAL, 1994, p. 42).

O autor procurou apontar, também, outro fator muito importante para explicar a predominância dos metalúrgicos no ressurgimento dos conflitos trabalhistas no final dos anos 70, após mais de uma década de repressão ao movimento sindical. Essa questão está ligada ao fato de que os sindicatos e as lideranças vinculadas ao setor tradicional foram os mais afetados pelas intervenções que ocorreram após o golpe de 1964, já que os expurgos foram dirigidos aos “líderes mais combativos e organizados, comumente encontrados nos sindicatos do setor tradicional” (SANDOVAL, 1994, p. 50).

A partir de 1964 -1968, os primeiros anos de governo militar, muitos dos sindicatos pertencentes ao setor tradicional foram colocados sob intervenção federal [...] Nesse clima, apenas uns poucos sindicatos, comandados pelos metalúrgicos, continuaram a resistir [...] Parece que, graças à repressão, os metalúrgicos, pelo menos os de São Paulo e Belo Horizonte, foram capazes de empreender mobilizações que lhes permitiram desafiar o regime militar. (SANDOVAL, 1994, p. 49)

A intensa industrialização pela qual passou a região metropolitana de São Paulo foi acompanhada por um processo de urbanização, em que migrantes procuravam as áreas industriais em busca de novas oportunidades. Em especial, os migrantes eram pessoas originárias de regiões mais ao norte do país, que viviam e trabalhavam no meio rural e fugiam das péssimas condições de subsistência das regiões de onde vinham, numa busca por novas condições de vida e possibilidades de ascensão nas indústrias das grandes cidades. A imagem dos retirantes

nordestinos, que fogem da seca, é muito presente no imaginário cultural brasileiro. São diversas as referências a esses indivíduos na literatura, cinema, música e outras tantas mídias. O próprio Lula, que viria a ser uma das lideranças mais importantes dos movimentos grevistas do ABC, foi ainda criança, junto com sua família, para a região da Grande São Paulo, fugindo das péssimas condições que assolavam o sertão pernambucano.

É importante ressaltar as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos que saíam de suas terras de origem e tinham que se adaptar a uma nova realidade. Muitos tiveram grandes dificuldades para enfrentar as mudanças ao se depararem com uma cultura diferente e padrões de conduta diversos. Os sentimentos de isolamento e desenraizamento são fatores importantes que marcaram a experiência dos migrantes, além da frustração que sentiam ao notarem que suas expectativas de significantes melhorias de condições de vida não se concretizaram. Porém, apesar do saudosismo que muitos cultivavam em relação à vida rural, esses trabalhadores entendiam que a vida na cidade, por mais dura que fosse, lhes oferecia uma condição mais favorável de sobrevivência. Eder Sader (1995) expõe muito bem essa situação percebida pelos migrantes, bem como Luís Fávio Rainho (1980), ao dizer que eles:

Com o passar dos anos, concluem que a vida na cidade não é como imaginavam. Vivendo em função das fábricas, sentem-se explorados e considerados como mercadoria. Fora, percebem que suas vidas estão também condicionadas e ditadas por elas, pressionados que se acham pelas repercussões do trabalho e fatores de pauperização. Tudo isso faz com que sua vida atual e dos familiares seja tão ou mais difícil e precária do que a anterior. A única diferença é que os recursos que dispõem para continuar *sobrevivendo*⁴ são maiores que os existentes no campo, embora reconheçam que o desgaste físico e mental na cidade é muito maior (RAINHO, 1980, p. 231).

Analisando esse trecho, podemos perceber o quanto toda a questão que envolve as contradições relacionadas à experiência dos migrantes nas metrópoles contribuem para a formação da sua consciência enquanto operário fabril. Tanto Sader quanto Rainho, ao analisarem essas dificuldades, mostram alguns depoimentos dos próprios indivíduos que migraram, que expressavam esse sentimento de frustração em relação à vida na cidade, embora esse sentimento venha somado à consciência de que as condições dos locais de onde vieram representavam maiores dificuldades de sobrevivência, “trabalhar duro por trabalhar,

4 Grifo do original.

prefiro aqui”, disse um operário a Rainho (1980, p.177) sobre a possibilidade de retornar à roça.

Não eram só aqueles que chegavam que tinham que se adaptar. As grandes cidades precisaram passar por rápidas mudanças para que elas se adaptassem, também, a esse contingente de trabalhadores que chegava para engrossar as camadas do proletariado fabril. Os trabalhadores que lá chegavam, precisavam procurar moradia. Tiveram que ir, então, para as periferias, onde os preços dos aluguéis eram mais acessíveis e necessitavam, portanto, de um meio de transporte que percorressem maiores distâncias para os levar ao local de trabalho. Eder Sader procurou desenvolver a discussão sobre essas intensas transformações pelas quais passaram a região da grande São Paulo, mostrando que “nesse contexto, a vida da maioria das famílias trabalhadoras foi marcada por constantes mudanças” (SADER, 1995, p. 69).

As décadas de 60 e 70 foram de intensa e contínua remodelação urbana: quarteirões derrubados, avenidas rasgadas, erguidos viadutos, bairros refeitos. A expansão metropolitana, criando grandes distâncias, só se tornava possível se estas fossem vencidas por um sistema de locomoção mais ágil. [...] O enfrentamento das grandes distâncias e de longos períodos nos trajetos entre casa e trabalho incorporou-se à experiência na vida urbana para os trabalhadores. E estas maiores exigências de vias de transporte constituem um fator a mais no sentido de uma rápida transformação da paisagem urbana. (SADER, 1995, p. 69).

Todo esse contexto de transformações é importantíssimo para compreender como se deu a formação da classe operária fabril do estado de São Paulo, pois essas experiências de mudança marcaram profundamente a vida dos trabalhadores que lá viviam e produziam, tanto para os operários que chegavam em um lugar onde a realidade era muito diferente de onde vieram, quanto para os que já moravam na região e viram suas cidades passarem por um intenso processo de transformação populacional e espacial. Essas mudanças interferiam diretamente no dia-a-dia desses indivíduos, bem como em sua forma de enxergar a realidade, contribuindo, por isso, na formação de suas consciências.

Olhando mais especificamente para os operários da indústria automobilística sediada na região do ABC e para as suas condições de existência, poderemos entender melhor os fatores que os levaram a formar um movimento combativo dentro de um período marcado pela repressão aos movimentos sociais. Faz-se necessário, portanto, analisar a realidade política e econômica do país no período e

como todo esse contexto interferia e influenciava direta e indiretamente nas condições de vida e de trabalho do operariado brasileiro.

2. 2. Os operários do ABC e suas condições de vida e trabalho nos anos 1970.

As condições de vida dos trabalhadores que viriam a protagonizar a onda grevista, que eclodiu no ABC paulista, foram fortemente determinadas pela conjuntura das políticas econômicas adotadas pelo governo ditatorial militar que tomou o poder no Brasil, em 1964, através de um golpe. Principalmente durante o período de intenso crescimento da economia brasileira que ficou conhecido como “milagre econômico”. Esse crescimento aconteceu logo depois de um momento de crise na economia brasileira que se deu no início dos anos 1960 que, por sua vez, pôs fim ao período marcado pelo desenvolvimento econômico pelo qual o país vinha passando desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em que “a taxa média anual de crescimento do PIB do Brasil foi uma das maiores do mundo” (PRADO e EARP, 2003, p. 209). A partir de 1968, sob o governo do general Arthur Costa e Silva, e com Delfim Netto ocupando o Ministério da Fazenda, o Brasil começou a apresentar, novamente, as taxas de crescimento elevadas que caracterizaram o “milagre”.

A principal marca do “milagre” foi, obviamente, o caráter inesperado das elevadas taxas de crescimento [...] De fato, depois de apresentar um crescimento pífio desde 1962, o PIB brasileiro ficou na faixa dos 2 dígitos entre 1968 e 1973. Ao mesmo tempo, a taxa de inflação ficou entre 16% e 27%, os menores índices obtidos no período entre 1959 e 1994. E, para completar o quadro milagroso, o comércio exterior mais do que triplicou. Estes resultados foram capitalizados pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que apareceu como responsável maior do que foi uma combinação virtuosa entre política econômica e o substancial crescimento da economia mundial. (PRADO e EARP, 2003, p. 222).

Isto posto, podemos ter uma ideia maior do que foi esse período de aquecimento do crescimento da economia brasileira e de como o governo ditatorial capitalizou os resultados obtidos. A relação da recessão do início dos anos 60 com o posterior período do “milagre” foi muito bem tratada por Sônia Regina de Mendonça:

O período compreendido entre 1962 e 1967 foi todo ele de crise econômica, sendo que, a partir da inflexão produzida em 1964, se praticou uma *recessão calculada*, tida como necessária para o restabelecimento do ciclo econômico. Seu resultado seria – entre 1968 e 1974 – o conhecido “milagre brasileiro”, cuja essência nada mais significou senão a garantia de lucros

faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras). (MENDONÇA, 1986, p. 91)

Bem como por Marcelo Badaró Mattos:

As bases do milagre se assentariam sobre a recessão provocada pelo governo nos anos anteriores, gerando maior concentração de capitais em torno dos grandes grupos monopolísticos (de capital estrangeiro, em especial) e do sistema financeiro. (MATTOS, 2009, p. 109)

Por esse trecho podemos perceber que o chamado “milagre brasileiro”, e seus elevados índices de crescimento econômico, teve uma parcela muito específica de indivíduos favorecidos por tal contexto, sendo eles pertencentes às classes mais altas da sociedade, os empresários. Por outro lado, esse momento favorável da economia não se refletia para as camadas mais baixas que, ao contrário, sofriam as consequências das políticas que foram adotadas para dar sustento a esse crescimento. Essas políticas geraram um sistema que “não beneficiava os setores mais vulneráveis, e, ao contrário, tendia a concentrar renda” (PRADO e EARP, 2003, p. 231).

O sustento do crescimento econômico “milagroso” significou, para a classe trabalhadora, um piora significativa em suas condições de vida, já que o aumento da lucratividade foi possibilitado por uma intensificação da exploração do trabalho, baseada no rebaixamento dos salários e no aumento da produtividade. Esse contexto de superexploração vem também junto às políticas de controle da luta sindical por parte da ditadura militar, o que deixou os trabalhadores em condições vulneráveis. A perda do poder de compra, causado pelo rebaixamento salarial, fez com que mulheres e crianças sentissem a necessidade de trabalhar nas fábricas, para complementar a renda familiar, o que contribuiu como mais um fator para o barateamento da mão de obra. Além disso, ainda havia as horas extras, as quais os trabalhadores se submetiam pelo medo de perder seus empregos e com o objetivo de reforçar a renda. Laís Abramo (1999) destaca que um dos resultados dessa piora nas condições de vida das classes mais pobres foi o aumento dos índices de mortalidade infantil, fato também apontado por Sônia Regina Mendonça (1986).

Para os metalúrgicos do setor automobilístico de São Bernardo, polo industrial que teve importância central no crescimento econômico dos anos 70, a situação não era diferente, como expõe Abramo:

Durante a década de 70, ao mesmo tempo em que o parque industrial brasileiro se tornava mais moderno e complexo e a economia crescia, ao mesmo tempo em que da indústria automobilística sediada em São Bernardo saía o principal alimento do forte *boom* econômico vivido pelo país, as condições de vida dos trabalhadores metalúrgicos se deteriorava (ABRAMO, 1999, p. 55)

O milagre econômico veio a entrar em crise por volta de 1973 – 1974, legando o endividamento do Brasil, o retorno da inflação, além da brutal deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, que em 1974 “dava os mais evidentes sinais de seu esgotamento: epidemias, mortalidade infantil e novas mobilizações políticas” (MENDONÇA, 1986, p. 101). Esse contexto foi determinante para gerar o sentimento de insatisfação dos operários, que justamente nesses anos já começavam as reivindicações que viriam a culminar com as greves do final dos anos 70. É necessário, portanto, analisar mais detidamente os fatores que geraram esse quadro de insatisfação entre a classe trabalhadora do ABC.

2.2.1. O rebaixamento salarial e suas consequências

Como já foi anteriormente tratado, a questão do rebaixamento salarial é de importância central para compreendermos as condições sob as quais viviam os trabalhadores da indústria automobilística do ABC paulista. A desvalorização dos salários reais, que se dá entre meados dos anos 60 e os anos 70, é fruto direto da política de austeridade vigente na ditadura militar que visava, através do arrocho salarial, combater a inflação (SANDOVAL, 1994). Com essa política, os reajustes salariais eram impostos pelo governo através do cálculo oficial da inflação. Durante esse período, os reajustes, em geral, foram fixados em valores que não acompanhavam o aumento do custo de vida dos trabalhadores, já que o governo utilizava da manipulação do índice oficial de inflação para manter, artificialmente, os aumentos salariais mais baixos e, portanto, reduzindo o valor do salário real dos operários. (HUMPHREY, 1982).

O declínio do poder de compra é um indicador particularmente importante para deixar claro os efeitos do rebaixamento salarial, e ele pode ser observado no aumento expressivo do tempo necessário de trabalho para adquirir uma quantidade mínima de alimentos fundamentais para a manutenção da vida da família do trabalhador, a cesta básica. Tal aumento é identificado por Sandoval (1994) e por

Laís Abramo (1999), em seus respectivos trabalhos. É importante destacar que a família média do trabalhador tinha despesas que iam além da compra de alimentos, seja com a moradia, com saúde, transporte e com a educação. O rebaixamento salarial ainda gerou um crescimento do índice de mortalidade infantil que aumentou “45% entre 1967 e 1975, na região da grande São Paulo, depois de haver experimentado reduções significativas nas três décadas anteriores” (ABRAMO, 1999, p. 54) e tal indicador é muito influenciado pela subnutrição das crianças, que tem ligação direta com questão da insuficiência salarial para arcar com gastos alimentícios e de manutenção da saúde. A dificuldade que os chefes dos núcleos familiares dos operários tiveram em arcar com as despesas gerou a necessidade de se buscar algumas alternativas para complementar a renda familiar, tais como entrada de mais membros da família no mercado de trabalho, bem como a prestação de horas extras. Essas duas alternativas, por outro lado, contribuíram mais ainda para o barateamento da mão-de-obra.

O prolongamento das jornadas de trabalho foi adotado por muitos trabalhadores durante esse período, principalmente entre os operários da indústria automobilística. Mas as horas extras não eram prestadas apenas pela necessidade de complementar a renda familiar. Eram prestadas, também, pela pressão, direta ou indireta, que as empresas exerciam sobre os operários para que as jornadas fossem prolongadas, muitas vezes para além das 2 horas que eram permitidas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), burlando, assim, a especificação legal do tempo máximo de horas extras, pois “em muitos casos, os trabalhadores, ao assinarem o contrato de trabalho, comprometiam-se a prestá-las de acordo com a solicitação da empresa” (ABRAMO, 1999, p. 62). Além disso, outras formas de coagir o trabalhador eram utilizadas pelas empresas, como mostra Luís Flávio Rainho:

Os operários que põem objeção a fazer hora extra são colocados nos piores serviços da seção; se faltam, mesmo tendo avisado, recebem advertência; são preteridos na promoções e aumentos internos e correm o risco de ser incluídos entre os primeiros candidatos a demissão, quando se verificarem cortes maiores, por não serem “bem vistos” pelas chefias, que costumam, inclusive, dirigir-lhes palavras ásperas. (RAINHO, 1980, p. 241).

O autor também tratou de enumerar as diversas desvantagens que a prestação das horas extras acarretava aos trabalhadores, como o desgaste físico e

psicológico, que se agravava pelo aumento das horas trabalhadas, além de que essas horas, somada ao tempo no deslocamento de ida e volta ao emprego, levava a uma grande redução do tempo de lazer e de convivência com a família. O excesso de trabalho também acarretava a fadiga, que aumentava a possibilidade de acidentes de trabalho. E, ainda, as horas extras agravavam o problema do desemprego, pois reduziam a necessidade das empresas de contratarem novos operários etc.

Quais foram as consequências de tudo isso para os trabalhadores metalúrgicos? Um trabalho extenuante, que se prolongava muito além das 8 horas diárias, que invadia os seus fins de semana, que os obrigava a trocar o dia pela noite, que, em suma, passava cada vez mais a dominar o conjunto de sua vida. Um trabalho cujo pagamento, em termos de salário, decresceu ao invés de aumentar no decorrer da década (ABRAMO, 1999, p. 64).

Apesar da expectativa de salários maiores pagos na indústria automobilística, os operários do ABC Paulista não viveram uma situação diferente do restante da classe trabalhadora brasileira nesse período. Os níveis salariais na indústria automobilística, quando foi implantada no Brasil, eram significativamente mais altos se comparados às outras indústrias, o que criou a expectativa de que essa diferença não fosse afetada (HUMPHREY, 1982, p. 83). Porém, o que se observa, mesmo durante o período de crescimento econômico em que o setor de produção de automóveis foi peça fundamental, é que embora os salários nominais fossem, aparentemente, maiores nesse ramo, os trabalhadores do ABC também sofreram com os reajustes governamentais que não eram suficientes para suprir as necessidades geradas pelo aumento do custo de vida. Sendo a indústria automobilística do ABC o principal polo impulsionador do crescimento econômico observado no período, o rebaixamento salarial foi sentido de forma particular pelos operários que nela trabalhavam, pois além de perceberem as consequências do rebaixamento, ao constatarem a insuficiência dos valores pagos para suprir suas necessidades diárias, também sentiam que esses valores não condiziam com a importância central de seus trabalhos no aumento da produção e dos lucros das empresas do setor.

Humphrey identificou essas insatisfações e ressentimentos em estudo feito dentro das fábricas, em meados dos anos 70, onde os operários entrevistados manifestavam esse justificado sentimento em relação aos seus salários: “Os

operários da indústria automobilística achavam que precisavam de salários mais altos, que mereciam salários mais altos, e que as firmas poderiam lhes pagar salários mais altos” (HUMPHREY, 1982, p. 86). Laís Abramo também destacou a importância do sentimento do trabalhador no período, tema que é central em sua obra, pois a autora busca lidar com a noção de “dignidade”, e de como essa dignidade era afetada, no entendimento do trabalhador, pela situação em que viviam: “Além da sensação de perda, os trabalhadores experimentavam, portanto, uma sensação de injustiça, que tinha na sua base a consciência da importância do valor por eles produzido para o crescimento da empresa” (ABRAMO, 1999, p. 59).

Além disso, outro fator que contribuiu bastante para o rebaixamento do salário foi a alta rotatividade da mão-de-obra, principalmente na indústria automobilística. As políticas de rotatividade de emprego foram facilitadas pela instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mais conhecido por sua sigla FGTS, que foi criado em 1966 pela ditadura militar para substituir o antigo regime de estabilidade de emprego e que, na prática, flexibilizou as políticas de demissão nas empresas.

Com o FGTS, as empresas passaram a demitir permanentemente um razoável número de empregados (especialmente no mês anterior à época de aumentos salariais), contratando, para as vagas, outros por salários inferiores e, com isso, provocando constante rotatividade de mão-de-obra. (RAINHO, 1980, p. 248).

A ameaça de demissão era, portanto, uma preocupação muito presente na vida do operário que trabalhava na indústria automobilística nos anos 70, onde o índice de rotatividade da mão-de-obra era muito alto, como identificou Humphrey em suas pesquisas dentro das fábricas. O autor além de constatar a instabilidade dos empregos no setor automobilístico, também destaca que, embora, obviamente, os trabalhadores não qualificados estivessem mais vulneráveis, os mais qualificados também estavam sujeitos a essa realidade: “Todas as informações apontam para a generalidade dos efeitos da rotação da mão-de-obra, contrariando os que enfatizavam a formação de grupos privilegiados dentro da indústria automobilística” (HUMPHREY, 1982, p. 98). Essa instabilidade fazia com que os operários estivessem mais dispostos a se submeterem a situações de abuso e exploração sem questioná-las, por medo de sofrerem retaliações ou a de até mesmo serem demitidos. Mas, por outro lado, essa situação gerava um forte sentimento de

indignação e injustiça nos trabalhadores, que é destacado não só por Humphrey, mas também por Laís Abramo (1999).

2.2.2. A experiência dentro das fábricas.

Esse sentimento também está muito relacionado à vivência dos operários dentro dos seus locais de trabalho. O aumento de produtividade, que marcou a economia brasileira nessa época, não foi baseado apenas no aumento temporal do serviço, com as horas extras, mas também no aumento dos ritmos de trabalho dentro das empresas. Além do fato do modelo de *linha de produção*⁵, presente nas indústrias automobilísticas, exigir um ritmo acelerado de trabalho para que se evitasse o atraso ou a interrupção da linha, já que uma etapa da produção depende diretamente da outra, Humphrey identifica que havia também uma pressão sobre os operários para aumentar seu esforço durante o serviço, visando o aumento da produção e dos lucros das fábricas.

Daí decorre um ritmo “acelerado” e “alucinante” de trabalho que, independente das condições ambientais (barulho, temperatura, trepidação, insalubridade e outros) e estado físico e psicológico dos operários, tem de ser obedecido, impedindo-os sequer de desviarem a mínima atenção ou pensamento da atividade que executam. (RAINHO, 1980, p. 237).

Ainda dentro das fábricas, os trabalhadores também tinham que lidar com as chefias, que eram os encarregados de manter a disciplina dentro das empresas, fiscalizando o trabalho dos operários e garantindo o cumprimento das metas de produção. A esses chefes eram atribuídos amplos poderes em relação aos demais operários ao serem escolhidos pelos escalões superiores das empresas, sendo, então, representantes dos interesses dos proprietários. Muitas vezes os escolhidos para compor as chefias eram os trabalhadores mais alinhados aos interesses patronais e adeptos da disciplina e hierarquia fabril. Embora Humphrey (1982) identifique que o autoritarismo dentro das fábricas variava de intensidade de acordo com as empresas, olhando a relação entre operário e chefe como uma experiência não tão tensa (ainda que reconheça que a relação podeira ser muito pior dependendo da situação), Rainho (1980) dá uma visão geral mais negativa ao dizer

5 Linha de produção, ou linha de montagem, é um modelo da fabricação baseado na produção em série, em que cada operário se dedica à montagem de uma parte do produto, fazendo com que cada etapa do processo dependa diretamente da outra.

que as chefias eram “muito mal vistas pelos operários, constituindo-se, inclusive, da parte destes, um dos principais alvos de reclamação quanto às suas condições de trabalho” (Rainho, 1980, p. 238). Já Laís Abramo caracteriza a relação entre os operários e as chefias de seguinte forma:

A relação dos trabalhadores com as chefias era especialmente tensa. Por parte delas, desrespeito, autoritarismo, prepotência. Por parte deles, impossibilidade de expressar-se, de fazer-se ouvir, de ter seus direitos e opiniões considerados. Tudo isso agravado pela sensação de estar sozinho, de não ter a quem recorrer e, portanto, de ser impotente para enfrentar a autoridade opressora. (ABRAMO, 1999, p. 106).

O autoritarismo, a vigília e o medo de ser delatado faziam parte da vivência do cidadão brasileiro durante regime ditatorial militar em vigor no período e, aparentemente, essa situação e esse sentimento de alerta era sentido também dentro das fábricas pelo trabalhador, em sua relação com os indivíduos que eram incumbidos de fiscalizar o trabalho, de uma forma geralmente despótica, e garantir que não houvesse distrações e paralisações no processo produtivo.

Dentro das fábricas, os trabalhadores ainda enfrentavam o problema das condições insalubres nos ambientes de trabalho, agravada justamente pelo aumento da produtividade no período do “milagre econômico”. A pressão para que se aumentasse a produção passou a exceder a capacidade das fábricas, aumentando as condições de insegurança nos locais de serviço (HUMPHREY, 1982). Esse fato pode ser constatado nos elevados níveis de acidentes de trabalho registrados em meados dos anos 1970, fator que reflete, também, as consequências do desgaste psicológico e físico do trabalhador, causado ou agravado pelos diversos fatores expostos anteriormente. A superexploração da mão-de-obra desses operários era responsável, também, pela ocorrência de doenças ósseas ligadas ao excesso de esforço físico e doenças respiratórias ligadas ao contato com elementos tóxicos (ABRAMO, 1999).

Tendo em vista todo esse quadro, constatamos que, apesar de trabalharem no principal polo industrial do país, que teve papel fundamental no período de crescimento econômico acelerado, conhecido como “milagre econômico”, os operários do ABC paulista, nos anos 70, não tinham uma condição muito privilegiada em comparação aos demais segmentos da classe trabalhadora brasileira. Sofreram, na verdade, uma situação de superexploração do trabalho, onde a diminuição de seus salários e aumento da intensidade da produção e das horas de serviço

garantiram os lucros das empresas, enquanto as condições de vida dos operários pioraram.

Tal situação era agravada pelo controle da luta sindical por parte do governo ditatorial. Mas como se dava esse controle? E como esse quadro se alterou? O que levou os trabalhadores a assumirem a necessidade de enfrentar o regime através de paralisações da produção? Quais mudanças dentro dos sindicatos da região do ABC possibilitaram o surgimento de uma consciência mais combativa? Esses são alguns dos questionamentos que pretendo abordar no próximo capítulo.

3. A REPRESSÃO AO SINDICALISMO NA DITADURA MILITAR E A ATUAÇÃO DO SINDICATO DE SÃO BERNARDO AO LONGO DOS ANOS 1970.

3. 1. A política de repressão ao Movimento Sindical durante a Ditadura Militar.

3.1.1. Os movimentos sociais no pré-64.

Para compreendermos a política de repressão ao movimento sindical imposta pela ditadura militar precisamos analisar a realidade política em que vivia o Brasil nos anos anteriores ao golpe de 1964. O início dos anos 1960 foi marcado por uma grande efervescência política e social. É importante ressaltar que, no âmbito internacional, esse período estava inserido no contexto da Guerra Fria, em um de seus momentos de maiores tensões na disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética no sentido de estenderem suas influências pelo globo. Essas tensões foram especialmente determinantes no continente americano, onde uma revolução de caráter nacionalista havia sido vitoriosa em Cuba no ano de 1959, desencadeando a integração da ilha caribenha ao bloco socialista, fato que veio a culminar com o episódio da crise dos mísseis em 1962, o que nos dá uma ideia do clima de tensão política e ideológica que rondava os países da América.

Nesse contexto global, a “ameaça do comunismo” era uma ideia bastante presente na mentalidade das elites e dos setores reacionários dos países latino-americanos, e esse sentimento de alarme e paranoia estava presente no Brasil. O país vivia um período de recente democratização (após o final da ditadura do Estado Novo em 1945), momento que foi marcado por intensas mobilizações sociais, principalmente no início da década de 1960, durante o breve governo de Jango (João Goulart), que assumiu a presidência em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, já sob fortes tensões: militares tentaram impedi-lo de assumir o cargo e “para garantir sua posse, foi necessária uma ampla campanha pela ‘legalidade’, na qual, através de greves, o movimento sindical desempenhou um papel destaque” (MATTOS, 2009, p. 97). Esse episódio já dava uma amostra do que veio a ser o conturbado governo de Jango: marcado por mobilizações e reivindicações de reformas políticas e sociais por parte dos setores progressistas e a ameaça

constante de golpe por parte dos setores reacionários. “Assim, pode ser dito que o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado” (TOLEDO, 2004, p. 68). Essas tensões políticas e ideológicas são ilustradas no seguinte trecho:

Em síntese, as classes dominantes e seus aparelhos ideológicos e políticos, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e *comunização* do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças, etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o *alargamento da democracia política* e a *realização de reformas do capitalismo brasileiros*. (TOLEDO, 2004, p. 67).⁶

Podemos destacar diversos movimentos sociais que estavam travando essa disputa política por democratização, direitos e reformas, tais como o movimento estudantil, representado principalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e o movimento dos trabalhadores do campo, com as *Ligas Camponesas*, que defendiam os interesses dos pequenos agricultores e dos não-proprietários em detrimento dos interesses dos latifundiários. A questão desses trabalhadores das áreas rurais foi particularmente importante nesse período, pois a reforma agrária era uma das pautas centrais entre as reformas sociais e econômicas, as chamadas reformas de base, que faziam parte do projeto nacional-desenvolvimentista de João Goulart, e a sua realização era tratada pelo governo como “essencial para que o capitalismo industrial no Brasil pudesse alcançar um nível superior de desenvolvimento” (TOLEDO, 2004, p. 73).

O sindicalismo teve um papel central nesse período, que foi marcado pelo surgimento de diversas organizações políticas da classe trabalhadora e também por aumento expressivo do número de greves. Havia, além disso, uma relação de colaboração entre o movimento sindical e o presidente João Goulart, que tolerava as ações desse movimento e até as incentivava, de forma estratégica, quando estas serviam aos interesses do projeto nacional-desenvolvimentista (TOLEDO, 2004) e impulsionavam as mobilizações favoráveis à realização das reformas de base. O presidente, porém, era cauteloso e geralmente buscava controlar a radicalização desses movimentos, em uma atitude conciliatória, ainda assim, segundo Marcelo Badaró Mattos:

6 Grifos do original

Jango seria, entre os presidentes do período 1945-1964, aquele que mais abriu espaços políticos para a discussão das propostas do sindicalismo, em especial nos últimos meses de seu governo, quando pareciam fracassar suas tentativas de conciliação política com os setores mais à direita no espectro político (MATTOS, 2009, p. 98).

Essa relação entre o presidente e os movimentos sociais na defesa das reformas contrariava os interesses das elites brasileiras e alarmava os setores reacionários, tais como facções da Igreja Católica, entidades políticas ligadas à direita conservadora, a grande imprensa, empresários e ruralistas, que se lançaram em uma campanha contra o “radicalismo” das propostas do governo (TOLEDO, 2004, p. 73). Era amplamente divulgado na grande imprensa que Goulart almejava transformar o país em uma “República Sindicalista”. Surgiu, então, uma campanha reacionária contra o governo de Jango e contra a ampliação da participação dos movimentos sociais na política brasileira, que impulsionou a tomada do poder pelos militares em 1964 através de um golpe. As ideias que eram difundidas pelos que defendiam a derrubada do presidente, no sentido de denunciar os “perigos” que o governo de João Goulart supostamente representava para a democracia brasileira e legitimar a investida golpista contra o seu mandato, são muito bem expostos no livro *Brasil Nunca Mais*, obra fundamental que denuncia os crimes cometidos pela ditadura militar:

A agitação desencadeada pelos setores mais conservadores da sociedade, em defesa de uma ruptura política que trouxesse um “governo forte”, trabalhou com alguns fantasmas especiais. Já foi dito, a quebra da disciplina no meio militar foi um deles [...] O espectro do comunismo – rondando toda a administração federal, governos estaduais, inúmeras prefeituras e repartições – foi outro. O fantasma da iminente implantação de uma “República Sindicalista” - conceito com um respaldo histórico muito duvidoso - foi um dos mais repetidos.

Com efeito, ao falar nos perigos fantasmagóricos dessa “República Sindicalista”, os setores sociais que deram sustentação ao Regime de Abril queriam, na verdade, manifestar sua oposição ao crescimento das atividades sindicais, dos movimentos trabalhistas e das reivindicações sociais. (ARNS, 2011, p. 144).

Para uma compreensão mais ampla do período é necessário, como destaca Marcelo Badaró Mattos (2009), além de reconhecer e ressaltar a representatividade do movimento sindical e a importância das pautas e das lutas que foram travadas pelo mesmo no início dos anos 1960, “importância percebida pelos que articularam o golpe e instalaram a ditadura justamente para encerrá-las” (MATTOS, 2009, p. 100), também tratar dos limites aos quais estava delimitado o sindicalismo brasileiro

naquele momento, que, na visão do autor, se lançou em uma campanha política de defesa de um projeto de reformas que tinha um caráter de conciliação de classes, e, por isso, foi “incapaz de tomar a frente de um processo de resistência popular efetiva à violação da constitucionalidade e à ditadura” (MATTOS, 2009, p. 100). Essas limitações também são tratadas por Salvador Sandoval (1994), para quem os sindicatos, apesar dos rápidos avanços conquistados no período anterior ao golpe de 1964, “não conseguiram estabelecer organizações sólidas, capazes de suportar o impacto da repressão e da crise econômica” (SANDOVAL, 1994, p. 115).

3.1.2. A repressão ao sindicalismo durante a ditadura militar.

A repressão ao movimento sindical foi de importância central para o governo ditatorial que se instaurava, principalmente no que diz respeito à aplicação de sua política econômica que, como vimos anteriormente, foi baseada no arrocho salarial e no aumento da intensidade da produção para garantir os lucros das empresas e que, por outro lado, resultou em uma piora das condições de vida e trabalho da classe operária. As intervenções e o controle autoritário sobre as organizações sindicais eram, portanto, uma maneira de impedir que os trabalhadores se mobilizassem e manifestassem sua indignação em relação às condições que lhes eram impostas, possibilitando a estabilidade da aplicação do projeto econômico do governo.

A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava. A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados dos trabalhadores no campo e na cidade (MATTOS, 2009, p. 101).

Os sindicatos sofreram, imediatamente após o golpe, uma forte onda de intervenções ordenadas pelo governo, onde diversas lideranças tiveram seus direitos políticos cassados. Os dirigentes mais combativos foram substituídos por diretores mais alinhados à ideologia e aos interesses do novo regime, muitos deles já pertencentes ao meio sindical e que, assumindo administração dessas entidades, buscavam dar sustentação às políticas da ditadura militar, perseguindo seus antigos adversários políticos (MATTOS, 2009). As entidades de organização de classe, que deveriam representar combativamente os interesses da classe trabalhadora, tiveram

sua capacidade de contestar as perdas impostas aos operários radicalmente minadas por uma política sindical que visava transformá-las em órgãos meramente assistencialistas, o que atendia ao anseio do governo de desenvolver uma política que fosse pautada “não só pela repressão ao sindicalismo reivindicativo, mas também pela revalorização do sindicato como órgão auxiliar do Estado junto aos trabalhadores” (MATTOS, 2009, p. 112). Todo esse processo de esvaziamento da luta sindical está intimamente ligado à política salarial que foi posta em prática naquele momento, e também às leis que passaram a vigorar e que limitavam as possibilidades de realização de greves, como é bem exposto no trecho abaixo:

O novo regime se propôs a dismantlar as organizações paralelas, encarando-as como um oponente político, e limitou os sindicatos à tarefa de administrarem seus programas de assistência social e orientação jurídica a seus membros. Ao restringirem a regulamentação das greves e proibindo seu emprego na resolução da questão salarial, os militares procuraram limitar drasticamente a capacidade dos sindicatos de atraírem e mobilizaram trabalhadores no tocante a uma de suas reivindicações mais importantes. De maneira similar, a introdução de uma política salarial abrangente, em que todos os aumentos de salário deviam seguir os índices decretados pelo Ministério da Fazenda, minou seriamente o processo coletivo de negociação salarial através da centralização nas mãos do governo de determinação dos níveis anuais de aumento de salário (SANDOVAL, 1994, p. 115).

Apesar de todo esse conjunto de medidas e fatores que levaram as mobilizações do movimento sindical brasileiro a um declínio, não se pode dizer que a classe trabalhadora não deu demonstrações de luta e contestação durante esse período. Podemos destacar duas greves que foram importantes no período, que ocorreram no ano de 1968: A primeira ocorreu em abril, na cidade de Contagem (MG), e a segunda em julho na cidade de Osasco (SP). As autoridades, que tinham sido surpreendidas pela greve de Contagem, estavam, depois dela, preparadas para reprimir violentamente o movimento em Osasco, onde “o uso da força seria devastador, anunciando uma nova fase de cassações e emparedamento da ação sindical” (MATTOS, 2009, p. 108). Sobre essa nova fase, vale destacar que o ano de 1968 marcou o recrudescimento da ação repressiva da ditadura militar, com o decreto do Ato Institucional de nº 5 (AI-5)⁷.

Além das greves citadas nesse período, pode-se observar também, ainda que dentro desse contexto extremamente opressivo e sufocante para os trabalhadores e

⁷ O AI – 5 “decretou o fim do habeas corpus para crimes políticos e permitiu a simplificação dos trâmites legais necessários à prisão de suspeitos” (JOFFILY, 2014, p. 126). Na prática, foi um decreto que flexibilizou a censura e a perseguição política por parte do regime ditatorial militar.

suas lutas, a ocorrência de algumas formas alternativas de resistência operária às condições de vida e de trabalho às quais eram submetidos pelas políticas da ditadura, como exemplifica Ricardo Antunes:

Essa resistência era marcadamente defensiva, caracteriza pelas freagens e o “amarrar” da produção que refletiam, de um lado, a criatividade operária no plano da espontaneidade operária, e de outro, os limites imanentes a essa forma de luta [...] estas manifestações foram inequívoca expressão da repulsa operária. Implicavam, na maioria das vezes, a diminuição do ritmo da produção (operação tartaruga), a sabotagem ou fabricação de uma mercadoria propositadamente defeituosa (operação boicote), esquecimento dos crachás identificadores para ingresso na fábrica (operação amnésia), não realização de trabalhos previstos pela profissão (operação quebra-galho), etc., uma gama de recursos que denotavam o descontentamento e a rebeldia operária. (ANTUNES, 1992, p. 14)

Ainda sobre a prática dessas ações, por parte dos trabalhadores, Amnérís Maroni desenvolve uma interessante reflexão ao tratar do assunto:

Motivam-lhes essas práticas os baixos salários, a oposição aos chefes a resistência ao ritmo de trabalho etc. O que importa ressaltar, no entanto, é que, ao se colocarem contra a exploração, desenvolvem práticas, ainda que individuais, que visam preservar a *identidade operária*, já que, ao quebrar as máquinas, os operários se diferenciam dos *objetos*, mostrando que não aceitam o processo de reificação que visa transformar tudo em mercadoria. [...] Ao se defenderem da exploração, o operário é obrigado a reivindicar o direito de *determinar ele mesmo*, seu ritmo de trabalho, de se recusar a ser tratado como coisa. (MARONI, 1982, p. 45 - 46).

Além de formas de ações alternativas, os operários também encontraram formas alternativas de organização, os movimentos de bairro como as Sociedades Amigos do Bairro (SABs) e os movimentos ligados à Igreja Católica que eram chamados de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são exemplos dessas formas de organização que possibilitava a reunião de proletários “para discutir com outros trabalhadores e organizar uma série de atividades culturais, educacionais e de organização de grupos de pressão” (SANDOVAL, 1994, p. 118). Os trabalhadores se juntaram a essas associações e as utilizaram como uma forma de expressar suas reivindicações em meio a um contexto em que os sindicatos, de uma forma geral, já não serviam a esse propósito graças às políticas do governo ditatorial militar.

A luta sindical só viria a ressurgir, como um fenômeno realmente expressivo no cenário nacional, no final dos anos 1970, com as greves no ABC paulista. Esse ressurgimento, no entanto, não se dá de uma hora para outra. Na verdade ele é fruto de um processo complexo de transformações e discussões que se realizam no dia a

dia dos operários nas fábricas e nos sindicatos ligados à indústria automobilística na região ABC. É esse processo que será analisado adiante.

3. 2. A Atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo durante os anos 1970.

3.2.1. As lutas travadas pelo Sindicato.

A princípio o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo não se diferenciava das demais entidades no início dos anos 1970, e sua atuação estava limitada pelas políticas de repressão ao movimento sindical impostas pela ditadura militar. Ao longo da década, porém, o sindicato passou por um processo de mudanças de perspectivas que foi determinante para a sua atuação de destaque nas greves de 1978 –1980: “De uma entidade vazia – expressão da perda de função do sindicato no início da década –, ele se transformará numa agência de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos” (SADER, 1995, p. 277).

No início da década, quando se observava uma grande distância entre as lideranças sindicais e as bases, a atuação do sindicato se deu, primeiramente, sempre dentro dos limites impostos pelo Estado, visando evitar a intervenção por parte do Ministério do Trabalho e a prisão de seus líderes (HUMPHREY, 1982). Havia, naquele momento, uma tentativa por parte da entidade de atrair os trabalhadores através da prestação dos serviços assistenciais, que era uma das poucas formas de atuação toleradas pelo regime vigente.

O que ressalta da atividade sindical nesse período que vai de 1969 até 1972 é o empenho para dotar o sindicato de uma infra-estrutura que atraísse os trabalhadores pelos serviços prestados. Embora reafirmando que a função principal consistia na defesa dos interesses dos trabalhadores nas relações de trabalho, a diretoria parecia dar-se conta da necessidade de atrair os operários a partir de uma expectativa clientelista dominante entre eles. (SADER, 1995, p. 280 - 281).

Foi através das lutas referentes à questão salarial, travadas ao longo da década de 1970, que o sindicato foi alterando suas perspectivas e suas posições em relação às políticas governamentais a aos empregadores, adotando posturas cada vez mais combativas. Laís Abramo analisa que no início da década: “transparecia no

jornal *Tribuna Metalúrgica*, órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, um forte grau de adesão ao projeto desenvolvimentista da ditadura militar” (ABRAMO, 1999, p. 138). Esse caráter adesista apresentado pelo sindicato, porém, era acompanhado pela consciência do papel central representado pelos operários da indústria metalúrgica de São Bernardo no processo de desenvolvimento pelo qual passava o Brasil naquele momento, e essa ideia será usada pela entidade para exigir maior respeito e reconhecimento por parte dos governantes. A expectativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em sua relação como o governo, é explicada no seguinte trecho:

Sentindo-se interpelado pela estratégia desenvolvimentista do governo, o sindicato dispõe-se a assumir com seus objetivos desse projeto e a colaborar para a sua concretização. Por causa disso, sente-se interlocutor do governo e, desde o começo, reclama o reconhecimento dessa condição. Consciente da importância do trabalho dos metalúrgicos de São Bernardo no modelo econômico que era apresentado como tão bem sucedido, o sindicato sente-se um *sujeito do processo em curso*⁸ e, nessa medida, com direito a falar e a ser ouvido. A Contrapartida, portanto, do “bom comportamento” e da adesão ao projeto, era a reivindicação da participação nos frutos do desenvolvimento econômico do país. (ABRAMO, 1999, p. 139 – 140).

Essa expectativa foi frustrada ao longo das diversas campanhas pelos reajustes salariais reivindicados pelo sindicato durante a década. Essas reivindicações eram sempre negadas, baseando-se na política salarial imposta pela ditadura militar que determinava que os aumentos deveriam ser concedidos através do índice oficial do governo, os empregadores negavam qualquer possibilidade de concessão de aumentos que fossem maiores que os índices oficiais. Além disso, essas reivindicações na questão dos salários também eram acompanhadas por outras que cobravam mais liberdade de atuação para o sindicato e que também não foram atendidas.

São as recusas dessas demandas que vão determinar o rompimento da entidade com o projeto desenvolvimentista do governo e a adoções de uma postura mais combativa, bem como o surgimento da noção de importância de se estabelecer um diálogo maior com as bases, “o sindicato será levado a apelar cada vez mais para a mobilização ativa da categoria” (SADER, 1995, p. 282). Nesse processo, a análise da subjetividade operária é muito importante já que, como ressalta Laís Abramo (1999), o sentimento dos trabalhadores de que seu trabalho e seu papel no

8 Grifo do original

desenvolvimento econômico pelo qual passava o país não era devidamente reconhecido e recompensado atacava a sua noção de *dignidade*, a qual veio a se somar à noção de *perda*, pois além de não estarem recebendo de acordo com o que julgavam merecer, estavam observando uma piora em suas condições de vida, como já foi analisado. Esse sentimento “será constantemente elaborado pelo sindicato da categoria” (ABRAMO, 1999, p. 59), a entidade passou, então, a adotar uma postura de denúncia em que procurava ressaltar a discrepância entre o aumento da produtividade observado na indústria automobilística do ABC e os baixos reajustes salariais determinados pelo governo, bem como evidenciar a intransigência do Estado e dos empresários ao recusarem suas reivindicações.

À medida que os anos passam através dos números da *Tribuna*, vamos notando uma progressiva mudança na atitude diante do regime. O jornal não passa a contestar a legitimidade do governo e nem mesmo seus eventuais bons propósitos. Mas também vão minguando os aplausos. (SADER, 1995, p. 189).

O caráter combativo do sindicato se intensifica a partir de 1975, com a eleição de Lula (Luís Inácio da Silva) para a presidência do sindicato. Sob sua gestão e liderança passou-se a buscar um rompimento cada vez maior com a ideia de que a função do sindicalismo era meramente assistencial, e mais importante, houve uma maior atuação no sentido de ampliar a participação das bases nas lutas travadas pela entidade, através de políticas que aumentava o contato da diretoria com o dia-a-dia dentro das fábricas. “Com efeito, o empenho principal da nova diretoria teria por objetivo despertar e capacitar os trabalhadores a assumirem suas próprias lutas” (SADER, 1995, p. 296).

3.2.2. Os anos de 1977 e 1978: antecedentes da greve.

O contexto de 1977 foi fundamental para o abandono, por parte do sindicato, das tentativas infrutíferas de negociar com as empresas os seus reajustes salariais. Laís Abramo (1999), ao tratar dos antecedentes imediatos das greves do ABC, dá um panorama desse ano que foi marcado por grandes mobilizações estudantis de caráter contestador em relação ao regime ditatorial militar. A autora defende que essas manifestações caracterizam um momento de perda de legitimidade por parte da ditadura, o que já havia se evidenciado com as eleições parlamentares de 1974,

quando políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB, partido de oposição consentida) receberam a maioria dos votos. Todo esse contexto exercerá uma forte influência sobre os metalúrgicos do ABC e seu sindicato, defende a autora:

Não eram as reivindicações ou palavras de ordem específicas dos estudantes, mas sim o fato de eles terem ousado sair às ruas, manifestando publicamente o seu inconformismo e a sua disposição de afirmar uma outra versão da história, por tanto tempo subalterna e silenciada, que irá sensibilizar e despertar a empatia e a identificação de diversos setores da população, entre eles muitos metalúrgicos de São Bernardo. Segundo vários depoimentos, as mobilizações estudantis foram intensamente comentadas nas fábricas (ABRAMO, 1999, p. 191).

Ainda em 1977 um fato foi muito importante nas reivindicações das campanhas de reposição salarial daquele ano: as denúncias de manipulação nos dados do aumento do custo de vida em 1973, que foram admitidas pelo próprio governo, que tratou como um “erro” e que prejudicou os índices de aumento salarial, que determinou uma perda de 34,1% no salário dos trabalhadores, segundo estudo solicitado pelo próprio sindicato ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos de São Paulo). “Era a corroboração daquilo que o Sindicato vinha denunciando: a prevalência de uma política salarial que subtraía de todas as formas o salário operário” (ANTUNES, 1992, p. 18).

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo levou a cabo, então, uma campanha exigindo um aumento que reparasse as perdas salariais causadas pela manipulação feita pelo governo, o sindicato mobilizou um grande contingente de operários nessas reivindicações, que em geral terminaram com as demandas dos trabalhadores não sendo atendidas. Esse contexto agravou mais as insatisfações da classe trabalhadora e mostrou “a inviabilidade de uma opção que privilegiasse, em sua ação, os caminhos das negociações com o governo e o empresariado” (ANTUNES, 1992, p. 18).

Em 1978, essa desilusão com a tentativa de negociação se manifestará na decisão do Sindicato em não apresentar reivindicação de aumento salarial, denunciando as negociações como uma farsa (ABRAMO, 1999). É nesse ano também que Lula é reeleito como presidente da entidade, já com o prestígio acumulado pela sua atuação no mandato anterior. Relembrando o discurso que fez na posse da diretoria em abril de 1978, Lula dá uma ideia de qual era o sentimento da classe trabalhadora naquele momento:

Mostrei pros trabalhadores que tinha que lutar mesmo, que a gente estava de saco cheio de passar fome, que as autoridades falavam bonito mas não sentiam dor no estômago que a gente sentia, que estava na hora da gente soltar o pau. Que a gente tinha que parar. (Lula, em entrevista a Mário Morel: 1981, p. 124).

Pelas palavras de Lula, toda a conjuntura analisada anteriormente levou a um esgotamento da classe trabalhadora em relação às políticas impostas pela ditadura militar, levando os sindicalistas a adotar a ideia de paralisação, que durante todo o período desde o golpe de 1964 era temida pelos trabalhadores. Ainda naquele ano, essa possibilidade se tornaria realidade, com a eclosão das greves na região do ABC Paulista, que serão tratadas no capítulo seguinte.

4. AS GREVES DO ABC.

4. 1. O Ressurgimento das Greves em 1978.

Os trabalhadores da fábrica Saab-Scania, de São Bernardo, foram os primeiros a entrar em greve, em 12 de Maio de 1978. Após anos de tentativas frustradas de negociação com o patronato, os operários da empresa se recusaram a aceitar mais um acordo desfavorável a seus interesses e necessidades. A greve iniciou-se no turno da manhã, com a paralisação da seção da ferramentaria: “os operários bateram o cartão e não ligaram as máquinas” (ABRAMO, 1999, p. 229). E, rapidamente, o movimento se estendeu por todas as seções da fábrica.

A greve não havia sido decidida oficialmente pelo Sindicato, o que dotou o movimento de um caráter espontâneo e sem direção oficial. A entidade foi, até certo ponto, surpreendida, apesar de todo o contexto anterior ao início das paralisações indicar que os trabalhadores estavam sendo levados a adotar medidas cada vez mais radicais contra o autoritarismo patronal, tendo o Sindicato e seus novos líderes um papel central nesse processo. Essa espontaneidade que caracterizou o movimento teve um importante papel estratégico contra a repressão, pois ao não assumir a responsabilidade direta pelas paralisações, o Sindicato se protegia de possíveis intervenções (SANDOVAL, 1994). A repressão também foi dificultada pelo fato de os empregadores e o Estado não estarem esperando o surgimento de greves depois de tantos anos de repressão e silenciamento da luta sindical, e, portanto, “não estavam preparados para fazer frente a um desafio inesperado por parte dos trabalhadores.” (SANDOVAL, 1994, p.132).

Diante de tal contexto, o Sindicato assumiu o papel de representação, mais do que de direção, dos interesses dos trabalhadores ao longo das greves de 1978. Como pode ser observado no caso da negociação com a Scania em uma assembleia, com a presença de Lula, ocorrida no dia 15 de Maio, onde se reivindicou a pauta principal de 20% de aumento para os operários, e chegou-se a um acordo verbal, que não foi cumprido pela fábrica sob pressão do restante da indústria automobilista. A proposta ficou, por fim, em 6,5%, bem abaixo do que foi reivindicado. (ANTUNES, 1992, p. 23).

Apesar da insatisfação por parte dos operários em relação à proposta patronal, uma nova paralisação não foi possível, pois a empresa já havia se preparado para reprimir qualquer tentativa de retorno do movimento. Esse desfecho da greve na Scania evidencia a inexperiência do Sindicato na participação em lutas dessa natureza (ANTUNES, 1992). As greves, no entanto, já haviam se expandido para outras fábricas automobilísticas da região do ABC Paulista, como a Ford, a Mercedes e a Volkswagen. Mesmo após o movimento ser declarado ilegal por decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), ele continuou a se espalhar, e tinha rumos e características diferentes em cada empresa que era atingida:

*As greves por fábricas*⁹ generalizavam-se pelo ABC, além de outras cidades como São Paulo e Osasco etc. Houve uma diversidade de formas de greves: desde paralisações totais e prolongadas (como a Ford), até paralisações setoriais e parciais (como a Volks), ou um sem-número de paralisações relâmpagos, de curtíssima duração, (como a Gemmer e a Cima). Houve empresas que, antevendo a iminência de paralisação, comunicavam aos operários que acompanhariam o que fosse estabelecido no acordo entre operários e patrões da indústria automobilística. (ANTUNES, 1992, p. 25-26).

Uma demonstração bem representativa do rápido alastramento da greve é observada na cobertura dada pela revista semanal *Veja* aos acontecimentos. Na edição de 17 maio daquele ano, cinco dias após a deflagração das primeiras paralisações, a publicação noticiou, em dois pequenos parágrafos, o acontecimento de “greves-relâmpago” na Scania e na Ford, ressaltando que as duas empresas haviam oficialmente negado tais ocorrências (1978, n. 506, p. 93)¹⁰. Já na edição seguinte, do dia 24, o veículo dedicou cinco páginas a uma matéria sobre o movimento (1978, n. 507, p. 91 - 95)¹¹, que era referido, já no título, como “a primeira grande greve”. O texto, creditado aos jornalistas José Paulo Kupfer e Ligia Martins de Almeida, informava a respeito dos acontecimentos recentes na região do ABC, relatando a expansão da greve pelas fábricas de São Bernardo e Santo André. Também destacava o caráter pacífico e ordeiro do movimento e apontava o anacronismo da lei de greves vigente, diante do contexto daquele momento, que impossibilitava a realização de um acordo para resolver os impasses entre trabalhadores e patrões, ao deslegitimar as reivindicações de uma das partes,

9 Grifo do original

10 *Veja*, edição de número, 506 disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34045?page=1§ion=1>

11 *Veja*, edição de número 507, disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34044?page=1§ion=1>

determinando-as como ilegais. Nas partes finais matéria, há a expectativa de um desfecho amigável para as greves, sendo “indispensável para todos resolvê-las com o mínimo de dano” (KUPFER e ALMEIDA, 1978, p. 95).

O referido acordo entre os empresários, representados pela entidade patronal SINFAVEA (Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, representando os grevistas, foi firmado no dia 30 de Maio de 1978, concedendo um aumento de 11% para os operários da indústria automobilística. Na edição de 7 de Junho da revista *Veja*, o fato era tratado como “a celebração da primeira convenção de natureza salarial entre empregados e empregadores” (n. 509. p. 87)¹². Esse desfecho marcou uma vitória para os trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, que haviam se apresentado, depois de anos de repressão, como agentes capazes de demonstrar suas forças na luta por seus direitos.

O ato de fazer greve já era, em si, uma estupenda vitória. Era o ressurgimento vigoroso e pujante do movimento grevista, em letargia havia muitos anos. Nascida de paralisações parciais, por empresa, abalou direta e imediatamente todo o ramo metalúrgico, incentivando o irromper de greves nas mais distintas categorias de assalariados. (ANTUNES, 1992, p. 36).

Os trabalhadores haviam conseguido romper corajosamente os limites impostos pelas políticas autoritárias da ditadura militar e, em especial, sua lei de proibição das greves, demonstrando que a luta sindical brasileira ressurgia com força e determinação. Lula, ao rememorar o ano de 1978, ressaltou a dimensão inesperada tomada pelo movimento: “Nós não tínhamos nenhuma prática de greve. A gente sabia que podia parar algumas empresas, mas não da forma que parou.” (Lula, em entrevista a MOREL, Mário: 1981, p. 124). Felizmente, o movimento grevista superou essas expectativas e conseguiu impor aos empresários a necessidade de, finalmente, negociar com os trabalhadores e seus representantes, e, por fim, de conceder um aumento mais significativo do que aqueles que eram determinados pela política salarial vigente no período.

4. 2. A Greve Geral de 1979.

¹² *Veja*, edição de número 509, disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34043?page=1§ion=1>

Em 1979, as animosidades entre os trabalhadores, os empresários e o Estado estavam acirradas, após os acontecimentos que marcaram o ano anterior. A classe empresarial não queria ser surpreendida como havia sido com a eclosão das greves de 1978, e portanto já no segundo semestre daquele ano procurou se preparar para as negociações de 1979. Um grande exemplo dessa atitude preventiva foi um documento circulado pela FIESP (Federação das Indústrias do estado de São Paulo), do qual o sindicato tomou conhecimento, que visava instruir as empresas no sentido de enfrentar possíveis paralisações.

Neste documento sugeria-se que as empresas não pagassem as horas paralisadas, bem como, em caso de greve, impedissem os trabalhadores de permanecerem dentro das fábricas, criando, ante a presença dos operários em praça pública, a inevitabilidade da ação repressiva policial. (ANTUNES, 1992, p. 40.)

O Sindicato, que havia crescido em termos de adesão e prestígio entre a classe trabalhadora, observava os avanços da classe empresarial e se preparava, também, para as negociações do ano 1979. Foi nesse clima de tensões que se iniciaram as tentativas de acordo naquele ano, com a busca, por parte das lideranças da classe trabalhadora, de “consolidar sua importância crescente no movimento sindical, embora os empresários procurassem minar seu avanço e derrubar por completo o Sindicato de São Bernardo” (HUMPHREY, 1982, p. 180). As reivindicações da entidade incluíam, além da questão salarial, pautas como o reconhecimento dos delegados sindicais, o que visava o estreitamento dos laços com as bases, além da diminuição da jornada de trabalho para 40 horas semanais. (ANTUNES, 1992,).

Nas negociações, ocorridas no início de março, a maioria dos sindicatos acataram os índices de aumento propostos pela classe patronal. Por outro lado, os sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano consideravam que o que fora proposto não era vantajoso para os metalúrgicos do ABC como era para os trabalhadores do interior do estado de São Paulo (HUMPHREY, 1982), além da desconsideração de outras pautas importantes como a referente à presença dos delegados sindicais nas fábricas, que era vista como fundamental pelas lideranças das entidades (SADER, 1995). Diante desse impasse, os trabalhadores do ABC iniciaram a greve na madrugada do dia 13 de março, em meio a um período de transição entre os governos do presidente Ernesto Geisel, que daria lugar a João

Figueiredo, “causando assim algumas incertezas nos círculos governamentais” (HUMPHREY, 1982). Iniciava-se mais um período de greves na região, com características diferentes dos movimentos do ano anterior: “Não foi uma série de greves de fábrica, mas uma greve geral da categoria, centralizada no sindicato”. (SADER, 1995, p. 305).

Na edição de 14 de março de 1979, a revista *Veja* publicou uma matéria intitulada “Uma nova temporada” (n. 549, p. 84 - 86)¹³, tratando da possibilidade de o novo presidente já tomar posse tendo que “enfrentar uma incômoda questão na área trabalhista” (n. 549, p. 84), com a iminência da eclosão das greves de 1979. O texto explicava a situação de impasse nas negociações em torno das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores aos empresários, mas apontava para a possibilidade de uma rápida resolução que evitaria que o general João Batista Figueiredo fosse “o primeiro presidente, depois de março de 1964, a tomar posse em meio a uma paralisação de trabalho” (1979, n. 549, p. 84). Mas essa possibilidade não se confirmou, a greve havia sido declarada e viria a se expandir, como explica a narração de Ferreira Gullar no documentário *ABC da Greve* (1991), do cineasta Leon Hirszman:

No dia 14 de março de 1979, véspera da posse do general Figueiredo na presidência da república, 150 mil metalúrgicos de Santo André, São Bernardo e São Caetano entraram em greve. O ABC paulista, maior centro industrial da América Latina, parou. Pela segunda vez em dois anos, os operários metalúrgicos do ABC manifestavam o seu descontentamento. Mas agora a greve assume uma amplitude jamais vista em pleno coração industrial do país. (ABC da Greve, 1991.)

Já nos primeiros dias de paralisações, o TRT declara a ilegalidade do movimento, como havia feito no ano anterior. Apesar do parecer do tribunal, os trabalhadores reafirmam, em assembleia, a continuidade das lutas, que se caracterizavam pela realização de piquetes e pelas grandes reuniões de massa encabeçadas pelas entidades sindicais da região. “Foi provavelmente nessas assembleias que se firmou a liderança carismática de Lula entre a massa operária do ABC.” (SADER, 1995, p. 306). O Estádio da Vila Euclides e o Paço Municipal, em São Bernardo, foram um dos principais palcos dessas reuniões no ano de 1979, como seria também durante as greves do ano 1980

13 *Veja*, edição de número 549, disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34003?page=1§ion=1>

Dos piquetes às assembleias plebiscitárias [...] buscava-se, em conformidade com a disposição espontânea da massa, criar condições capazes de diminuir a rigidez patronal e permitir a realização de um acordo contemplando as reivindicações básicas do operariado metalúrgico. (ANTUNES, 1992, p. 47.)

No décimo dia de paralisação os trabalhadores de São Bernardo, Santo André e São Caetano rejeitaram uma proposta do Ministério do Trabalho que solicitava o retorno dos operários ao trabalho por um período de 45 dias, durante os quais haveria uma comissão para decidir os índices de reajuste salarial, com a garantia da não demissão de grevistas e do pagamento das horas paralisadas. Após a negativa, é decretada, no dia 23 de Março, a intervenção nas entidades sindicais, o que aguçou as animosidades por parte dos trabalhadores, ao contrário do que previa o Estado (ANTUNES, 1992, p. 48). Mas o afastamento das lideranças, em especial de Lula, representou um problema debilitante ao movimento, obrigando-as a reassumirem o comando após 48 horas afastadas. Com o fechamento dos locais de reunião, evidenciou-se o importante apoio da Igreja Católica na região que oferecia “lugares de reunião aos líderes depostos” (HUMPHREY, 1980, p.188), a Igreja Matriz de São Bernardo se tornou palco das reuniões dos grevistas. Esse apoio entre da Igreja Católica do ABC, bem como o apoio de artistas, é retratado no já citado documentário de Leon Hirszman (ABC da Greve, 1991) e demonstra o crescimento do apoio aos trabalhadores da região em meio aos setores progressistas da sociedade.

Porém, o movimento acabou entrando em um refluxo, com a volta de boa parcela de trabalhadores ao serviço, e sem nenhum vislumbre de uma negociação favorável à classe. Diante desse contexto, os grevistas retornaram ao trabalho dando um prazo de 45 dias aos patrões para se chegar a algum acordo, caso o contrário, os operários voltariam a entrar em greve. Como Antunes (1992) ressalta, o prestígio de Lula foi fundamental para que essa proposta, que fora recusada anteriormente, fosse aceita em assembleia.

O patronato, no entanto, permanecia intransigente nas negociações durante esse período de trégua. Essa postura só viria a ser revertida após um ato no dia 1º de maio daquele ano, onde mais 130 mil pessoas manifestaram apoio à luta dos operários. Essa demonstração de força, bem como a iminência de retorno do movimento grevista após os 45 dias, levou os empresários a reavaliarem suas atitudes. Por fim, em 12 de maio celebrou-se um acordo entre o Sindicato de São

Bernardo e a FIESP, que foi aprovada no dia seguinte em assembleia. Cientes da dificuldade de se obter uma negociação mais favorável, bem como a de enfrentar o aparato repressivo do Estado, e visando a retomada dos sindicatos, que seriam devolvidos após o acordo, os trabalhadores aceitaram uma proposta de aumento salarial considerada insatisfatória, findando as greves 1979.

A decisão de não voltar à greve foi tomada com um sabor amargo de frustração, e principalmente os setores mais organizados se manifestaram contrários e retiraram-se da assembleia criticando as lideranças. Mas estas consideravam que a retomada da greve implicaria um enfrentamento com o regime, para o qual não estavam preparados, e preferiram concluir o movimento “em alta” do que deixá-lo esvaziar-se (SADER, 1995, p. 307 - 308).

Mas apesar do “pequeno porém concreto ganho material, esta Greve Geral trouxe ganhos não desprezíveis no plano da consciência real do operariado metalúrgico” (ANTUNES, 1992, p. 55). A atitude repressiva, principalmente em relação às intervenções nas entidades sindicais, revelava que o Estado estava sempre favorável aos interesses dos empresários. Essa percepção deixava claro, mais uma vez, a necessidade de um sindicato livre da tutela governamental (ANTUNES, 1992), e também de se denunciar e lutar contra o autoritarismo vigente.

4. 3. Greve de 1980: O fim do ciclo grevista do ABC.

O ano de 1980 foi marcado, mais uma vez, por impasses nas negociações entre os operários e os empresários. As pautas reivindicadas incluíam, além de um reajuste salarial satisfatório, outras questões que foram ignoradas no acordo da greve anterior, como a redução da jornada de trabalho e o reconhecimento dos delegados sindicais nas fábricas (ANTUNES, 1992). A proposta patronal oferecida pela FIESP de aumento de 5% foi considerada insatisfatória pelos trabalhadores do ABC, que pleiteavam o índice de 15%. Além disso, as demais pautas foram rechaçadas (ANTUNES, 1992), levando os trabalhadores a optarem pela deflagração de mais um movimento grevista, iniciado no dia 1º de abril. O Sindicato havia aprendido lições importantes nas experiências anteriores, o que influenciou sua atuação nesse contexto:

[...] Em São Bernardo, no momento da campanha salarial de 1980, a disposição grevista seria ainda maior. A politização anunciada no ano anterior se firmaria nesse. E a categoria alcança um nível de organização muito maior. Quando a greve foi decretada, a maioria das empresas parou sem a presença de piquetes. Os operários nem se dirigiram para suas fábricas. Durante a preparação anterior, haviam eleito 400 representantes para uma comissão de salários que atuou na verdade como um amplo comitê de mobilização, organizando o movimento pela base. (SADER, 1995, p. 308).

No início das paralisações o TRT se recusou a julgar a legalidade ou ilegalidade da greve, diferentemente do que havia feito nos anos anteriores. Tal parecer foi encarado como uma vitória por parte dos trabalhadores, que, apesar dessa avaliação, recusaram as propostas de reajuste do tribunal para a resolução da greve, pois desconsideravam outras questões importantes presentes nas pautas dos grevistas, e por isso, deram continuidade ao movimento. (ANTUNES, 1992, p. 70).

A categoria recusou a proposta, porque considerava que suas reivindicações principais eram aquelas que assegurariam alterações de qualidade nas próprias condições de ação de classe: a estabilidade no emprego durante um ano, o reconhecimento dos delegados sindicais, a redução da jornada de trabalho. Faziam assim de reivindicações que interessavam o conjunto dos assalariados o centro de sua luta. Com isso, davam um outro conteúdo social à luta democrática em curso no país. (SADER, 1995, p. 309).

Apesar da postura intransigente por parte dos empresários, apoiados pelo Estado, que estavam resolutos a não cederem mais uma vez às pressões do movimento, a greve geral de 1980 teve, além de grande adesão por parte dos metalúrgicos do ABC, uma longevidade de 41 dias que foi possível “através do apoio da Igreja, o recolhimento de alimentos bem como, através do Fundo de Greve, a coleta de recursos financeiros para o sustento dos grevistas” (ANTUNES, 1992, p. 73). Porém, o quadro iria se alterar com o decorrer do tempo.

A intensificação da ofensiva patronal e governamental influenciou os rumos tomados pela greve a partir de então: O movimento foi considerado ilegal em um segundo julgamento, por parte do TRT, invalidando o primeiro parecer e servindo de pretexto “para se desencadear toda a ação do aparato repressivo”. (ANTUNES, 1992, p. 72). Posteriormente os sindicatos de São Bernardo e Santo André sofreram intervenções, dessa vez, com a prisão de lideranças, entre elas, Lula. As manifestações públicas foram proibidas e nas ruas desencadeava-se uma forte repressão, por parte da polícia, com o intuito de dispersar aglomerações. (SADER,

1995, p. 309). A revista *Veja*, na edição do dia 30 de abril, publicava a matéria de capa intitulada “O planalto sitia o ABC” (1980, n. 608, p. 16 - 21)¹⁴ relatando o quadro de intensificação da repressão estatal às greves de 1980, a recusa de negociação por parte dos patrões e o fim das greves nas pequenas e médias empresas, fatores que indicavam um enfraquecimento da luta.

O cerco do capital e do seu aparato estatal-repressivo intensificava-se: a cada assembleia realizada, onde se reafirmava a continuidade da greve, mais líderes eram presos, ao mesmo tempo em que, pela proibição de utilização das praças públicas, diminuía significativamente o contingente operário nas assembleias gerais.(ANTUNES, 1992, p. 36).

É diante desse contexto de refluxo do movimento e de intensa repressão por parte do regime que a resistência operária, que havia possibilitado uma paralisação longeva, se esgotou e a greve é encerrada em seu 41º dia em assembleia realizada na Igreja Matriz de São Bernardo (ANTUNES, 1992, p. 82). “O sindicato mostrou uma resistência impressionante perto do final da greve, mas não podia combater um regime decidido e politicamente seguro” (HUMPHREY, 1980, p. 205).

4. 4. Considerações finais sobre as greves do ABC.

A greve de 1980 chegou ao fim com os operários retornando aos trabalhos nas fábricas sem um acordo favorável para a classe. Encerrava-se assim o ciclo grevista do ABC paulista. Porém, os frutos desse ciclo se mostraram duradouros: a experiência de luta daqueles operários colocou novamente o sindicalismo no cenário da luta política do país, quebrando o longo silenciamento imposto pela ditadura militar e, portanto, representando um grande foco de questionamento à legitimidade do regime vigente, e veio a se somar à luta pela abertura democrática no país.

Só que dessa vez a atividade sindical surgia com uma nova roupagem, mais combativa na luta por autonomia em relação ao controle estatal, defendendo “uma ruptura com o passado, que teria sido de ‘colaboração de classe’, ‘reformista’, ‘conciliador’, ‘cupulista’ etc.” (ANTUNES e SANTANA, 2014, p. 128). Essa nova tendência apresentava, também, um forte contato com as bases operárias: “Eram

14 *Veja*, edição de número 608, disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33943?page=1§ion=1>

sindicatos construídos a partir do chão da fábrica, que tomavam suas decisões em grandes assembleias” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 477).

Após o duro impacto do golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco espaço para representação de ação, o sindicalismo de corte classista voltava à cena, cobrando a ampliação dos espaços para representação dos interesses da classe trabalhadora. No cenário mais amplo, a emergência do movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam se efetivando sem levá-lo em consideração. (ANTUNES e SANTANA, 2014, p. 128).

Esse “novo sindicalismo” criou grandes forças políticas ligadas diretamente à experiência dos operários da indústria automobilística do ABC paulista e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Essas forças viriam a ter grande influência nos rumos políticos do país a partir de então. A fama e a popularidade de Lula havia crescido rapidamente durante o ciclo grevista, e ele saía dessa conjuntura como uma das principais lideranças políticas do país. Tendo ele como figura central, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT). Outra grande força é a Central Única dos Trabalhadores (CUT), produto dos esforços feitos, desde 1979, para reunir as entidades alinhadas ao “novo sindicalismo” (MATTOS, 2009).

Abalos que começaram em 1978, com as greves do ABC; desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; se fizeram-se sentir mais firmes em 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente – as “Diretas Já!” - e repercutiram na participação popular no processo Constituinte de 1988. (MATTOS, 2009, p. 118).

Além do surgimento dessas entidades políticas, as greves e a atuação nos sindicatos do ABC foram muito marcantes na vida dos operários que viveram os acontecimentos daquele período. O documentário *Peões* (2004) do cineasta Eduardo Coutinho, que tem por objetivo apresentar relatos de trabalhadores que participaram dos movimentos grevistas, dando voz às pessoas anônimas que se envolveram e deram sustentação às lutas travadas entre 1978 e 1980, nos apresenta diversos depoimentos que apontam para uma importância da greve na politização daqueles trabalhadores. Um desses relatos é o de João de Oliveria da Silva, identificado como João Chapéu, que ao rememorar aquele período diz “a coisa que eu acho mais bonita é quando fala *sindicalismo*, eu acho isso uma coisa linda”, já Antônio Ferrasoli, ao ser perguntado sobre a razão de seu envolvimento nas greves, responde “Eu participava muito de sindicato, sabe? E eu gostava das reuniões que eu participava, e fui tomando gostinho né? E participei de todas as

greves”. Outra fala bem representativa para demonstrar o orgulho de ter feito parte daquelas lutas é de Lenice Bezerra da Silva: “Eu participei um pouquinho da história, eu dei a minha participação pra que hoje as pessoas possam ir pra rua, possam criticar, possam opinar”. Além disso, os relatos revelam um grande carinho e admiração pela figura de Lula, que teria sido “um herói na época”, para Geraldo Ancieto de Souza.

Observa-se, portanto, que as dimensões da importância do movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista não foram limitadas pelo fim do ciclo grevista em 1980, tiveram grande influência nos acontecimentos políticos que marcaram a transição democrática que se consolidou em 1985 e criou entidades que possuem grande destaque na vida política brasileira até os dias de hoje. Também marcou as vidas dos indivíduos que participaram daqueles acontecimentos, desenvolvendo a consciência política do operariado do ABC.

5. CONCLUSÃO.

Ao longo do estudo aqui desenvolvido, vimos que os operários da indústria metalúrgica do ABC paulista, durante a década de 1970, apesar de trabalharem no principal polo industrial do Brasil, que capitaneou o crescimento econômico durante o período do “milagre”, não gozavam de condições de vida e trabalho melhores do que as da totalidade da classe trabalhadora, contrariando os que os caracterizavam como uma “aristocracia operária”. Esses indivíduos, na verdade, viviam em uma situação de superexploração de suas forças de trabalho, de precarização de suas condições de vida e de compressão salarial que garantia a lucratividade das empresas e a expansão econômica do país, ao mesmo tempo em que lhes era negado a participação nesse processo, do qual sabiam ser peça fundamental. Ao mesmo tempo, era também negado a essas pessoas o direito de se organizar em prol de lutar por seus direitos, através de uma política que reprimia as organizações sindicais e entidades da classe.

Vimos também que mesmo diante desse difícil contexto, os operários do ABC foram adotando uma postura cada vez mais combativa, capitaneada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da São Bernardo, a medida que compreendiam que não conseguiriam arrancar dos empresários acordos mais favoráveis e condizentes com suas contribuições ao progresso da indústria em que trabalhavam. Além de perceberem que o Estado atuava sempre em favor do patronato.

A resposta desses indivíduos foi dada no final dos anos 1970, com a eclosão das greves de 1978, que iniciou o ciclo grevista do ABC, pegando os empresários, que estavam acomodados com os anos de silenciamento da luta sindical, de surpresa. Esse movimento representou um marco na história da luta dos trabalhadores no Brasil, e deve ser entendido como uma grande demonstração de força da classe operária.

Espero que, com esse trabalho, eu tenha conseguido apresentar os acontecimentos que marcaram as greves de 1978, 1979 e 1980 como grandes exemplos de como os trabalhadores possuem força como agentes transformadores do mundo em que vivem. A coragem daqueles indivíduos que desafiaram a ditadura militar, deve servir de lição para as lutas que devem ser travadas nos dias de hoje,

quando direitos trabalhistas historicamente conquistados são ameaçados por políticas que visam favorecer sempre os interesses empresariais.

Além disso, espero que a análise sobre a dura realidade vivida pela classe operária durante o período da ditadura militar contribua para demonstrar que não devemos jamais permitir que as conquistas democráticas que foram obtidas até aqui desde a reabertura política 1985, ainda que repletas de contradições, sejam retiradas ou retrocedam. As discussões a respeito da repressão aos trabalhadores aqui apresentadas representam só mais uma face dos desmandos e crimes que marcaram esse triste período da nossa história.

Enfim, estes são alguns debates que demonstram a atualidade e importância do tema apresentado. Espero que os leitores sintam-se, após o contato com o presente trabalho, incentivados a estudar mais a fundo a respeito das greves do ABC, bem como a respeito da história de diversas outras lutas travadas pela classe trabalhadora brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

ABC de Greve. Direção de Leon Hirszman. São Paulo: 1991. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y&t=207s>. Acesso em 18 de jan. 2020

ANTUNES, R. L. C. **A rebeldia do trabalho**: o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

ANTUNES, R. L. C; SANTANA, M. A. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). **A ditadura que mudou o brasil**: 50 anos de golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 128 -141.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARTE da negociação, a. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n. 509, p. 87- 90. jun. 1978. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34043?page=1§ion=1>

GREVE-relâmpago. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n. 506, p. 93. mai. 1978. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34045?page=1§ion=1>

HOBSBAWM, Eric J. História operária e ideologia. In: **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Paz e Terra: Santa Ifigênia, 2008.

HUMPHREY, John. **Fazendo o “milagre”**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). **A ditadura que mudou o brasil**: 50 anos de golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158 - 171.

KUPFER, J. P.; ALMEIDA, L. M. A primeira grande greve. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n. 507, p. 91 - 95. mai. 1978. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34044?page=1§ion=1>

MARONI, Amnérís. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Schwarcz S. A., 2012.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções e desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal.

MOREL, Mario. **Lula, o metalúrgico**: anatomia de uma liderança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NOVA temporada, uma. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n. 549, p. 84 - 86. mar. 1979. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34003?page=1§ion=1>

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO L. A. N. (Org.). **O Brasil repúblicano**: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 208 - 239.

PEÕES. Direção de Eduardo Coutinho. Videofilmes: Rio de Janeiro, 2004.

PLANALTO situa o ABC, o. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n. 608, p. 16 - 21. abr. 1980. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33943?page=1§ion=1>

RAINHO. L. F. **Os peões da Grande ABC**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970 -1908. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param**: greves e mudança social no Brasil 1945 – 1990. São Paulo: Ática, 1994.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No caminho da democracia: a transição para o poder civil e as ambiguidades e heranças da ditadura. In: **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 467 - 497.

TOLEDO, C. N. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In REIS, D. A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, R. P. S. (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964 – 2004). Bauru: Edusc, 2004. p. 67 - 77.